

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS

Data: 29 de setembro de 2009

Local: IBP - Rio de Janeiro

Participantes: José Roberto M. Aragão (MTE/SRTE/RJ); Marcelo Felga (ANVISA); Júlio César Colpo (ANVISA); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); Armando Vidigal (SYNDARMA); Carlos Alberto Monteiro (Petrobras); Vitor Carvalho (SINDPETRO/NF); Cairo Garcia Corrêa (FUP); Odilon Braga (CONTTMAF); Alexandre Julianelli (ANP); Materson L.D. de Souza (DPC); Danielle da Motta Azevedo (Assessora Técnica – Trabalhadores).

1. A reunião iniciou-se com o quorum necessário.
2. Em seguida foi lida e aprovada a ata da 36ª RO sem correções, porém com ressalvas na medida em que foi necessário revisar nesta ata (37ªRO) itens que já estariam aprovados.
3. Em seguida, conforme explanado no anterior, foi feita uma revisão geral nos itens relativos ao tema prevenção de acidentes industriais maiores, sendo finalizado com a seguinte redação:

Prevenção de Acidentes Industriais Maiores em Plataformas:

Projeto

20.4.1 O projeto das plataformas deve atender ao disposto nas normas regulamentadoras, normas técnicas, convenções internacionais ratificadas, convenções e acordos coletivos, bem como outras regulamentações federais. (aprovada na 37ª)

Análise de Riscos

20.10.1 O empregador deve elaborar e documentar as análises de riscos das operações ou das atividades nas plataformas de petróleo e gás e instalações de apoio. (aprovado 35ªRO)

20.10.2 As análises de riscos da instalação devem ser estruturadas com base em metodologias apropriadas, escolhidas em função dos propósitos da análise, e das características e da complexidade da instalação. (aprovado 35ªRO)

20.10.4 As análises de riscos devem ser elaboradas por equipe multidisciplinar com a participação de, no mínimo, um trabalhador com conhecimento dos riscos e com experiência na instalação que é objeto da análise. (aprovada na 35ª)

20.10.5 O operador da instalação é responsável pela avaliação das recomendações resultantes das análises de risco, definindo prazos e responsáveis para aquelas que forem ser implementadas. (Aprovada na 35ª)

Construção e Montagem

20.5.1 A construção e montagem das plataformas e instalações de apoio devem observar as especificações previstas no projeto, bem como, as normas regulamentadoras e as normas técnicas. (Aprovada 35ª)

20.5.2 As inspeções e os testes realizados, na fase de construção e montagem, devem ser devidamente documentados de acordo com o previsto nas normas regulamentadoras, nas normas técnicas e nos manuais de fabricação dos equipamentos e máquinas. (aprovada 35ª)

20.5.3 Os equipamentos e as instalações das plataformas e instalações de apoio devem ser adequadamente identificados e sinalizados, de acordo com o previsto pelas normas regulamentadoras e pelas normas técnicas, a fim de evitar acidentes de trabalho. (Aprovada na 35ª)

Segurança Operacional

O operador da instalação deve elaborar e implementar os programas de segurança operacional e do trabalho, em conformidade com as especificações do projeto das instalações e com as recomendações das análises de riscos das atividades e operações. (aprovada na 35ª)

20.6.4 Os procedimentos de segurança no trabalho, existentes nos programas acima referidos, devem ser revisados e atualizados, no mínimo bienalmente, ou em uma das seguintes situações:

- a) recomendações das análises de risco;
- b) modificações, ampliações e reformas da instalação;
- c) acidentes e incidentes ocorridos na instalação;
- d) acidentes e incidentes ocorridos, mesmo que fora das instalações, que possam ter afetado as condições normais de operação;
- e) recomendações do SESMT e da CIPA;
- f) notificação das autoridades competentes. (aprovada na 35ª)

Inspeção e Manutenção

20.7.1 As instalações e equipamentos das plataformas e instalações de apoio devem possuir plano de inspeção e manutenção devidamente documentado. (aprovada na 35ª)

20.7.2 O plano de inspeção e manutenção deve contemplar, no mínimo:

- a) equipamentos, máquinas e instalações sujeitas a inspeção e manutenção;
- b) tipos de intervenções;

- c) procedimentos de inspeção e manutenção;
- d) cronograma;
- e) identificação dos responsáveis;
- f) quantidade, especialidade e capacitação dos trabalhadores;
- g) procedimentos de segurança;
- h) sistemas e equipamentos de proteção coletiva e individual. (aprovada na 35ª)

20.7.4 A fixação da periodicidade das inspeções e das intervenções de manutenção deve considerar:

- a) o previsto nas normas regulamentadoras e normas técnicas;
- b) as recomendações do fabricante, em especial dos itens críticos à segurança do trabalhador;
- c) as recomendações dos relatórios de inspeções, de investigação de acidentes e incidentes do trabalho, elaborados pela SESMT, SPIE ou CIPA.
- d) as recomendações das análises de risco;
- e) a existência de condições ambientais agressivas;
- f) as boas práticas de engenharia;
- g) as notificações das autoridades competentes. (aprovada na 35ª)

20.7.7 As recomendações decorrentes das inspeções e manutenções devem ser devidamente registradas e implementadas com a determinação de prazos e de responsáveis pela execução. (aprovada na 35ª)

20.7.8 Para a realização das inspeções e manutenções devem ser elaboradas análises de riscos e emitidas permissões de trabalho contendo procedimentos específicos de segurança e saúde nos trabalhos:

- a) que possam gerar chamas, calor, centelhas ou ainda que envolvam o seu uso;
- b) em espaços confinados, conforme Norma Regulamentadora nº 33 – NR 33;
- c) envolvendo isolamento de equipamentos e bloqueio/etiquetagem;
- d) em locais elevados com risco de queda;
- e) com equipamentos elétricos, conforme Norma Regulamentadora nº10 – NR 10;
- f) submersos;
- h) outros cuja análise de riscos assim recomendar. (aprovada na 35ª)

Inspeção de Segurança e Saúde no Trabalho

20.8.1 As plataformas e instalações de apoio devem ser regularmente inspecionadas com enfoque na segurança e saúde no trabalho. (aprovada na 35ª)

20.8.2 O cronograma anual de inspeções de segurança e saúde no trabalho deve ser elaborado e implementado pelo SESMT, consultada a CIPA, de acordo com os riscos das atividades/operações desenvolvidas. (aprovada na 35ª)

As inspeções devem ser devidamente documentadas e as respectivas recomendações implementadas com o estabelecimento de prazos e de responsáveis pela sua execução. (aprovada na 35ª)

Prevenção e controle de vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões.

20.12. O operador de instalação deve elaborar e implementar ações no sentido de prevenir e controlar, vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões. (aprovada na 35ª)

20.12.2 Estas ações devem compreender tanto aquelas necessárias para minimizar os riscos de ocorrência de, vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões quanto para reduzir suas consequências em caso de falha nos sistemas de prevenção e controle. (aprovada na 35ª)

Controle das fontes de ignição

20.13.1 Todas as instalações elétricas e equipamentos elétricos fixos ou móveis, equipamentos de comunicação, ferramentas e similares utilizadas em áreas classificadas, e os dispositivos de proteção contra descargas atmosféricas, devem estar em conformidade com a NR10. (aprovada na 35ª)

20.13.2 O operador da instalação é responsável pela implementação de medidas específicas para controle da geração e acumulação de eletricidade estática em áreas sujeitas à existência e/ou à formação de atmosferas explosivas ou misturas inflamáveis. (aprovada na 35ª)

20.13.3. Os trabalhos envolvendo o uso de equipamentos que possam gerar chamas, calor ou centelhas, nas áreas sujeitas à existência e/ou formação de atmosferas explosivas ou misturas inflamáveis, devem ser precedidos de permissão de trabalho. (aprovada na 35ª)

20.13.4 As plataformas e instalações de apoio devem possuir sinalização de segurança indicando a proibição do uso de fontes de ignição nas áreas sujeitas à existência e/ou formação de atmosferas explosivas ou misturas inflamáveis. (aprovada na 35ª)

Plano de Emergência

20.14.1 O operador da instalação deve elaborar e implementar um plano de resposta a emergências que contemple ações específicas a serem adotadas na ocorrência de vazamentos ou derramamentos de inflamáveis, incêndios ou explosões ou evento que configure emergência em saúde pública. (aprovada 36ª reafirmada na 37ª)

Evento que configure emergência em saúde pública : Evento extraordinário constituído de um risco para a saúde pública devido a propagação de doença ou agravo e potencialmente exigindo uma resposta coordenada. (Aprovado 36ª e corrigido na 37ª)

20.14.2 O plano de emergência deve ser elaborado considerando as características, bem como a complexidade da instalação e conter, no mínimo:

- a) Identificação da instalação e responsável legal
- b) Descrição dos acessos à instalação
- c) Cenários acidentais
- d) Sistemas de alerta
- e) Comunicação de acidente
- f) Estrutura organizacional de resposta
- g) Procedimentos para resposta
- h) Equipamentos e materiais de resposta e
- i) Procedimentos para acionamento de recursos e estruturas de resposta complementares quando aplicável. (aprovado na 36ª e corrigido na 37ª)

20.14.3 O plano de emergência deve ser avaliado após a realização de exercícios simulados ou na ocorrência de situações reais, com o objetivo de testar a sua eficácia, detectar possíveis falhas e proceder os ajustes necessários. (aprovado na 37ª)

20.14.4 Os exercícios simulados devem ser realizados durante o horário de trabalho, com periodicidade, no mínimo, anual, podendo ser reduzida em função das falhas detectadas ou se assim recomendar a análise de risco. (aprovado na 36ª e ratificada na 37ª)

Comunicação de Ocorrências

20.15.1 O operador da instalação deve comunicar ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego a ocorrência de vazamento, incêndio ou explosão que implique em grave perigo para a segurança e saúde dos trabalhadores. (aprovada na 36ª e ratificada na 37ª)

20.15.1.1 A comunicação deve ser encaminhada até o segundo primeiro dia útil após a ocorrência e deve conter:

- a) Nome da plataforma e localização, local, data e hora da ocorrência;
- b) Descrição da ocorrência;
- c) Nome e função dos acidentados, se houver;
- d) Prováveis causas;
- e) Consequências;
- f) Medidas emergenciais adotadas. (aprovada na 36ª e ratificada na 37ª)

20.15.2 No prazo de até 30 dias da ocorrência, prorrogáveis por mais 30 dias mediante acordo com o órgão regional do MTE, o operador da instalação deve encaminhar relatório de investigação e análise ao órgão regional, com a descrição das causas básicas e medidas preventivas adotadas.

20.15.2.1 Este prazo poderá ser ampliado mediante acordo tripartite. (aprovado na 36ª e ratificado na 37ª)

20.15.3 O operador da instalação deve comunicar a autoridade sanitária competente os eventos ocorridos a bordo que configurem emergência em saúde pública conforme regulamentação específica sobre o tema. (aprovado na 36ª e ratificado na 37ª).

20.16 O operador da instalação deve manter disponível aos trabalhadores, seus representantes e autoridades competentes um Relatório de Segurança contendo a descrição sucinta da unidade marítima, os possíveis cenários acidentais, o plano de contingência da plataforma e, complementarmente, indicações de localização específica para o acesso em seus sistemas de gestão de informações sobre:

- a) Projeto,
- b) Análise de riscos,
- c) Plano de manutenção e inspeção,
- d) Procedimentos de segurança e saúde no trabalho,
- e) Plano de prevenção e controle de incêndios e explosões
- f) Plano de emergência (aprovado na 37ª)

4. Em seguida foi discutido o ponto pendente na 36ª RO, referente a solicitação dos empregadores e , após discussões, ficou aprovada a correção da 26ª RO, com a seguinte redação:

Serviços de bem-estar a bordo:

*1. Nas plataformas e instalações de apoio devem existir meios e instalações para proporcionar condições de bem-estar aos trabalhadores a bordo, podendo, sempre que for compatível com as características **técnicas** e operacionais, incluir-se entre estes meios e instalações: (aprovada na 37ª)*

5. Logo após, em acordo de bancadas, foi colocada para discussão e aprovação o texto ainda pendente relativo ao assunto de regulamentação de acomodações temporárias, que foi aprovado com a seguinte redação:

ESPECIFICAÇÃO DE MÓDULOS DE ACOMODAÇÃO TEMPORÁRIA

1 OBJETIVO

Estabelecer critérios mínimos de segurança, saúde e conforto para os Módulos de Acomodação Temporária a serem instalados nas Plataformas ou Instalações de Apoio, com o intuito de

aumentar sua capacidade de acomodação durante a execução de campanhas de manutenção, projetos de construção e montagem ou o comissionamento de novas unidades ou sistemas.

2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- NR-10 – Instalações e Serviços em Eletricidade – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- NBR 5413 – Iluminância de Interiores – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- NBR 12693 - Sistemas de Proteção por Extintores de Incêndio – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS 1974) – International Maritime Organization – IMO.

3 CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

- Cada Módulo de Acomodação Temporária deve ser constituído de dormitório para no máximo 4 usuários conjugado a uma instalação sanitária de uso exclusivo;
- A altura livre do piso ao teto deve ser de, no mínimo, 2600 mm;
- As anteparas, o piso e o mobiliário devem ser construídos com materiais que garantam sua perfeita higienização;
- Todos os materiais de revestimento de anteparas, tetos, pisos, estofamentos, janelas, portas, cortinas, bem como os equipamentos sanitários, devem ser especificados, conforme as regras e regulamentos correspondentes. Todos os materiais preferencialmente devem ser do tipo não combustível ou fogo-retardantes, não sendo permitida a utilização de materiais que produzam gases ou particulados tóxicos quando expostos ao fogo, tais como acrílico, policarbonatos ou PVC;
- As classes das anteparas, conforme definido na Convenção SOLAS 1974 e emendas, devem ser do tipo A-0, externamente, e B-15, internamente. Como solução alternativa poderá ser aceita uma barreira para retardar a propagação de fogo constituída de lã de rocha ou outro material similar. Ficará a critério do Operador de Instalação concordar ou não com esta alternativa;
- Não serão aceitas adaptações de instalações que já tenham sido utilizadas para outros fins, em especial o armazenamento ou manuseio de produtos perigosos à saúde (riscos físicos, químicos e biológicos).

4 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO MÓDULO

4.1 Geral

- Não serão permitidos vãos livres horizontais inferiores a 1,00 metros entre as camas;
- A área mínima do dormitório para 4 pessoas deve ser de 12,00 m²;

- As instalações sanitárias devem dispor de água canalizada e esgotos ligados à rede geral da Plataforma ou Instalação de Apoio, com interposição de sifões hidráulicos. No caso de impossibilidade de interligação à rede da Plataforma ou Instalação de Apoio, será aceita a instalação de um sistema de tratamento próprio, desde que não seja um sistema de banheiro químico;
- A Instalação Sanitária (Box de chuveiro, lavatório e gabinete sanitário); deve ser isolada do dormitório, com os requisitos mínimos conforme especificado a seguir.

4.2 Box de Chuveiro

- Deve ter área mínima de 1,10 m² e não serão permitidos vãos livres menores que 0,80 metro;
- Deve ser provido de água doce quente e fria.
- O chuveiro deve estar a 2,10 metros de altura do piso e comandado por registros de metal à meia altura na parede;
- O piso deve ter caimento que assegure o escoamento da água para a rede de esgoto, e ser de material antiderrapante. Deve ter um rebaixo de no mínimo 0,05 m (5 centímetros) em relação ao piso da Instalação Sanitária;
- No caso de uso de chuveiros ou aquecedores elétricos, estes devem possuir resistência do tipo blindada.

4.3 Gabinete sanitário

- Deve ter área mínima de 1,00 m², não sendo permitido que a área do espaço frontal ao vaso sanitário seja menor do que 800 mm X 600 mm;
- Deve permitir lateralmente ao vaso sanitário, a instalação de um cesto com tampa para recolhimento do papel higiênico usado;
- Deve contar com dispositivo para o rolo de papel higiênico (porta papel) instalado na lateral oposta ao cesto e ainda armário local para a guarda de pelo menos 4 rolos adicionais;
- Deve ser provido de ducha higiênica;
- O vaso sanitário deve ser do tipo sifonado, possuir caixa de descarga manual ou automática e dispor de assento com tampa.

4.4 Lavatório

- O lavatório deve ser constituído de um conjunto cuba/bancada e estar à altura de 1000 mm do piso;
- Deve ser provido de água doce ;
- Deve ser provido de espelho, iluminação complementar e tomada de energia elétrica;
- Deve ter armário com gavetas individuais para os usuários, saboneteira e porta-toalhas;
- Deve estar próximo ao box de chuveiro e gabinete sanitário.

4.5 Corredor e antecâmara

- Deve ser prevista a instalação de uma antecâmara com o objetivo de isolar o Módulo de Acomodação Temporária do ruído exterior, das intempéries e de devassamento;

- Um corredor que interligue mais de dois módulos pode ser considerado como antecâmara desde que garanta a proteção requerida acima;
- Os corredores devem ser providos de iluminação de emergência, indicação das rotas de fuga, e placa indicadora de saída;
- Na adoção do corredor, este deve ter no mínimo 1200 mm de largura.

4.6 Camas (beliche)

- A altura livre entre camas (beliche) deve ser de 1000 mm;
- A altura total mínima da cama inferior (face superior do colchão) deve ser de 400 mm;
- As camas (beliche) devem dispor de duas gavetas sob a cama inferior com no mínimo 150 mm de altura;
- As camas devem ter dimensões mínimas de 1900 mm X 800 mm;
- As camas (beliche) devem ser providas de escada rígida, fixada ao beliche com degraus que permitam a penetração correta da planta do pé;
- Deve possuir duas alças para pega, uma junto à escada, outra interna para projeção do corpo;
- Deve ser provida de proteção contra queda (grade da cama);
- Devem ter cortina tipo 'black-out' ou outro elemento em material anti-alérgico, que impeça a entrada de luz e promova a privacidade sem contudo prejudicar a circulação de ar;
- Devem possuir prateleira, iluminação complementar e tomada de energia elétrica em cada cama;
- Os estrados das camas (apoio do colchão) devem ser impermeáveis, com a finalidade de evitar escorrimento de líquido entre compartimentos.

4.7 Armários

- Devem ser individuais com tranca e chave, e possuir as seguintes dimensões mínimas: 0,60 m de frente x 0,45 m de fundo x 0,90 m de altura;
- Devem estar divididos em 3 compartimentos com as seguintes destinações:
 - Guarda de EPI's e bolsa de viagem;
 - Roupas pessoais;
 - Pertences e objetos de higiene pessoal;
- Adicionalmente, e fora do armário, deve ser provido dispositivo para guarda individual e secagem das toalhas de banho e rosto que assegure condições de higiene e quarto (4) compartimentos abertos destinados à guarda de coletes salva-vidas.

4.8 Portas

- Todas as portas devem possuir dispositivo que permita mantê-las abertas.

4.8.1 Portas Externas

- Define-se como porta externa aquela(s) que liga(m) a antecâmara do Módulo de Acomodação Temporária ou o corredor comum com a área externa;
- As portas devem ser providas de visor de vidro;

- Devem ter no mínimo 2100 mm X 800 mm com molas aéreas hidráulicas em cada porta e guarnição para estanqueidade de modo a adequar o nível de ruído interno aquele fixado nesta especificação;
- A porta do Módulo deve abrir para dentro caso este esteja interligado a outros Módulos através de corredor comum; caso contrário, deve abrir para fora. A porta do corredor comum para a área externa deve abrir para fora;
- As portas externas devem ser fabricadas do mesmo material das anteparas adjacentes, com fechaduras e dobradiças fabricadas com material adequado para uso marítimo e dotadas de dispositivo anti-pânico.

4.8.2 Portas Internas

- Define-se como porta interna aquela que liga o dormitório à antecâmara;
- Deve ter no mínimo 2100 mm X 800 mm com molas aéreas hidráulicas e guarnição para estanqueidade de modo a adequar o nível de ruído interno aquele fixado nesta especificação;
- A porta deve abrir para fora. Caso o dormitório possua antecâmara a porta poderá ser de correr.

4.8.3 Portas da Instalação Sanitária e do Gabinete Sanitário

- Devem ser inteiriças, com largura mínima de 600 mm e dotadas de venezianas no terço inferior, de forma a permitir a ventilação desses compartimentos;
- O material a ser empregado deve possuir as seguintes características:
 - Ser resistente ao uso contínuo;
 - Ser resistente à umidade;
 - Ter leveza no mecanismo de acionamento;
- Devem possuir fechamento interno sem, contudo, impedir sua abertura emergencial.

4.9 Janelas

- Recomenda-se a instalação de uma janela de forma a permitir a iluminação natural do alojamento;
- A janela deve estar localizada a meia altura e preferencialmente ao fundo do alojamento;
- O projeto de instalação dos Módulos deve validar a localização acima, tendo em vista as características da Plataforma ou Instalação de Apoio e a localização das áreas perigosas;
- Os vidros a serem instalados em divisórias, janelas e visores das portas, devem ser laminados de modo a não produzir estilhaços quando submetidos a impactos mecânicos ou a explosões. Materiais alternativos podem ser utilizados desde que tenham características de baixa emissão de fumaça tóxica;
- Todas as janelas devem ser do tipo fixa soldada na antepara e do mesmo material desta;
- Todas as janelas devem ser do tipo naval e possuir isolamento térmico e acústico;
- As janelas devem ser providas de cortinas, de forma a proporcionar o bloqueio da luz, as quais devem ser confeccionadas com material anti-alérgico.

4.10 Pisos e revestimentos

- Os materiais empregados nos pisos e no revestimentos das paredes devem ser resistentes, lisos, impermeáveis e laváveis;
- Todos os materiais empregados devem ter características anti-alérgicas e baixa emissão de fumaça tóxica;
- O piso e o rodapé devem ter revestimento antiderrapante e não devem apresentar ressaltos ou saliências;
- O piso e demais revestimentos devem impedir a entrada de umidade e emanações no alojamento;
- A escolha do revestimento de pisos, paredes e teto deve contemplar materiais com características de resistência ao fogo e isolamento termo-acústico, bem como considerar aspectos arquitetônicos próprios para o uso a que se destina.

4.11 Mobiliário

- Os materiais empregados no mobiliário devem ser de fácil higienização, e encontráveis facilmente no mercado;
- Todo o material utilizado na fabricação do mobiliário deve ter características de não sustentar a propagação de chama;
- Todo tecido deve ter característica fogo-retardante e ser de fácil limpeza;
- Todo o material de estofamento deve ter característica fogo-retardante, de acordo com requisitos fixados pelas entidades classificadoras.

5 CONDIÇÕES GERAIS DAS INSTALAÇÕES

5.1 Geral

- Devem ser previstas facilidades para instalação de televisor, antena e telefone;
- Deve possuir uma escrivaninha (mesa e cadeira) com iluminação auxiliar e tomada de energia elétrica.

5.2 Conservação e asseio

- Devem ser empregados no mobiliário e no acabamento de paredes, pisos e teto, materiais que permitam fácil manutenção, higienização e conservação.

5.3 Ar condicionado

- A captação de ar exterior deve ser monitorada por meio de detectores de gás e com isolamento por meio de *dampers*;
- O projeto da ventilação dos compartimentos da instalação sanitária e gabinete sanitário devem considerar que a exaustão deve ser feita para o exterior do Módulo de forma que não contamine os ambientes adjacentes;
- As grelhas de insuflação de ar devem possuir aletas direcionais ajustáveis.

5.4 Iluminação

- O projeto de iluminação deve prever um nível de iluminamento mínimo de 100 lux, avaliado conforme o estabelecido na NBR 5413;
- Deve ser prevista iluminação de emergência no dormitório

5.5 Detecção de fumaça

- Devem ser instalados detectores de fumaça que permitam sua interligação ao sistema de detecção de fogo e gás da Plataforma ou Instalação de Apoio. Alternativas à interligação podem ser propostas desde que mantenham a filosofia de prover o reconhecimento do alarme pela Sala de Controle.

5.6 Alarmes

- Devem ser instalados alarmes manuais de incêndio que permitam sua interligação ao sistema de detecção de fogo e gás da Plataforma ou Instalação de Apoio;
- O Módulo de Acomodação Temporária deve possuir sistema de áudio que permita a difusão dos alarmes e a veiculação de mensagens audíveis do Sistema de Comunicação com o Público da Plataforma ou Instalação de Apoio.

5.7 Instalação elétrica

- O projeto do sistema elétrico do Módulo de Acomodação Temporária deve considerar circuitos de iluminação e força aterrados e protegidos contra sobrecarga e curto-circuito, assim como dispositivos de proteção a corrente diferencial-residual (Dispositivo DR), previsto na NBR 5410;
- As tomadas de energia elétrica devem ser do tipo com 3 pinos padronizados, de acordo com a Norma NBR 5410, devidamente identificadas. A chave geral, o quadro elétrico para partida de motores e quadro elétrico para iluminação devem ser identificados;
- Para a instalação dos circuitos elétricos devem ser utilizados eletrodutos mesmo que a fiação não esteja aparente;
- O projeto deve estar de acordo com os requisitos estabelecidos na NR-10;
- Os quadros elétricos devem ter barramento interno com disjuntores, portas com vedação de borracha e trinco e pintura eletrostática a pó. Os quadros elétricos devem ser instalados em local de fácil acesso, no interior do Módulo de Acomodação Temporária;
- A tensão elétrica das tomadas deve ser de 127 Vca;
- Deve haver identificação dos circuitos no quadro de distribuição elétrica;
- A instalação elétrica deve ser projetada e executada de modo a prevenir os riscos de choque elétrico, incêndio e outros tipos de acidente;
- O projeto de instalação deve prever meios para o desligamento da alimentação elétrica do Módulo de Acomodação Temporária pelo Sistema de Parada de Emergência da Plataforma ou Instalação de Apoio.

5.8 Sistemas móveis de proteção contra incêndio

- Devem ser previstos extintores portáteis de incêndio, instalados conforme a Norma NBR 12693.

5.9 Níveis de ruído e vibração

- **Ruído**

São aceitáveis níveis de pressão sonora até 60,0 dB(A) devendo sempre ser buscado o menor nível de pressão sonora possível. Sempre que os níveis de pressão sonora encontrados superarem os 55 dB(A) devem ser tomadas medidas para sua efetiva redução.

- **Vibração**

As estruturas de sustentação dos Módulos de Acomodação Temporária devem ter apoios resilientes para absorção de ruído e vibrações, salvo estudo técnico que comprove não serem necessários tais apoios.

6. Em seguida ficou decidido que na próxima reunião entrariam em pauta os pontos ainda pendentes e uma proposta da bancada dos empregadores para adequação da NR 10 às plataformas.
7. Concluindo as bancadas acordaram que para o fechamento da normativa seria necessária a criação de uma comissão de redação que por indicação das bancadas ficou formada pelos seguintes membros:
 - a. Representante do Governo: Diego Folly Andrade
 - b. Representante dos trabalhadores : Armando Pinto
 - c. Representante dos empregadores : Sérgio Dacorso
8. A comissão de redação por delegação das bancadas terá a função de adequar a redação, organizar os itens e completar, sem alterações de sentido, o texto final da norma para apresentação e aprovação da subcomissão.
9. O Governo se incumbiu de elaborar a primeira minuta.
10. Nada mais havendo a tratar, a 38ª Reunião Ordinária foi confirmada para o dia 20 de outubro de 2009 das 10h e 30 min. às 17h e 30 min, na sede do IBP, no Rio de Janeiro, para a continuidade das discussões.

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão de Plataformas